



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2855/2020

Aos vinte quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular) e Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Leonardo de Lima Marques (Titular), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. **Abertura**; 2. **Comunicações**; 3. **Pauta Temática (Continuação): Instrumentos urbanísticos, contrapartidas, compensação, mitigação, dimensionamento, definições, aplicações e trâmites**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Boa noite a todos. Se alguém tiver interesse de fazer o período de Comunicação,



46 lembrando que hoje é nossa reunião mais temática para tratar do assunto de medidas
47 mitigatórias, compensatórias, contrapartidas, na tentativa de a gente dar seguimento
48 àquela nossa outra reunião muito bacana que a gente teve, por sugestão dos conselheiros
49 aí, a gente poder dar continuidade um pouquinho mais no tema. Hoje vamos ter uma
50 apresentação da Conselheira Patrícia e a equipe de planejamento, sobre uma proposta a
51 partir um pouco do que foi falado, o que foi conversado na última agenda que a gente teve,
52 para tentar extrair um pouco disso. Essa linha proposta converge talvez um pouco do que
53 os Senhores Conselheiros sugeriram na última reunião. Estamos com o quorum quase
54 completo. Vou fazer a leitura já, se faltar alguém nos avise. (Leitura dos conselheiros
55 presentes). Quem eu não chamei, por favor, fazer o registro ali no chat para a gente
56 registrar a presença. Vamos para a inscrição. Temos a fala do Felisberto. Mais algum
57 conselheiro? Temos quorum, então, declaramos, oficialmente aberta a nossa reunião
58 extraordinária do CMDUA. Mais alguém inscrito para o período de Comunicação ou só o
59 Conselheiro Felisberto? Então, encerro a inscrição e passo a palavra ao Conselheiro
60 Felisberto. **2. COMUNICAÇÃO. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
61 **Planejamento Um – RGP. 1: Secretário, boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Em**
62 **virtude das notícias que saíram na imprensa ontem e hoje, a questão da abertura de um**
63 **edital, sobre a questão do efeito estufa. E a minha indagação é se tem alguma coisa a ver**
64 **já com o Plano Diretor, tendo em vista que foi assinado aquele protocolo com o PENUD,**
65 **em que teriam algumas plataformas, alguns trabalhos que deveriam ser realizados pelo**
66 **PENUD? Então, essa era a primeira pergunta. A segunda pergunta é a segunda notícia**
67 **que saiu hoje, o plantio de árvores em Porto Alegre e a minha dúvida é de onde sairão as**
68 **árvores a serem plantadas já que o Viveiro da Prefeitura está completamente abandonado,**
69 **em caso lamentável. Então, essa é uma pergunta. E por que será que certas coisas a**
70 **gente não discute no CMDUA? E a terceira, Secretário, é com relação ao nosso próximo**
71 **tema, que é a regularização fundiária. Eu gostaria que viesse antes um diagnóstico, tanto**
72 **da PGM sobre a questão de como está o processo de regularização fundiária e como do**
73 **DEM HAB, para que a gente pudesse ter elementos para pautar essa discussão, que é**
74 **fundamental para a cidade, que envolve comunidades que estão há anos esperando e que**
75 **precisam, as regiões principalmente, terem um diagnóstico regional da sua realidade,**
76 **quantas comunidades devem ser regularizadas e qual o impacto na economia do**
77 **município, tanto na questão da urbanização, como o gasto na área da saúde, na área de**
78 **mobilidade urbana, no caso de escola, assistência social. Então, terá um impacto**
79 **significativo na cidade. Então, eu queria propor que a gente deve antecipar a primeira,**
80 **uma só não vai ser suficiente para gente ter a discussão sobre esse tema de tão relevante**
81 **importância para a cidade. Agradeço o espaço, é isso aí, Secretário. Germano Bremm,**
82 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
83 **Obrigada, Conselheiro Felisberto. De fato, talvez a gente coloque em deliberação a**
84 **prorrogação por mais uma reunião, que a gente traga os dados na primeira reunião, aos**
85 **moldes desta, depois em uma segunda a gente segue. Se os conselheiros entenderem a**
86 **gente delibera. Em relação ao Viveiro a gente também pode combinar uma apresentação**
87 **da equipe de arborização urbana, que está fazendo um trabalho bem bacana. Hoje**
88 **fizemos uma apresentação no Conselho Municipal do Meio Ambiente e a equipe de forma**
89 **muito brilhante apresentou como está se dando o plantio, como é o planejamento. A gente**
90 **pode marcar uma apresentação deles sim. Em relação ao PENUD, de fato, a cooperação**
91 **em si é bastante ampla, envolve uma série de estudos que vão ser base para a revisão do**
92 **Plano Diretor. Senhores Conselheiros, nesse sentido eu passo de imediato a palavra para**



93 a nossa Conselheira Patrícia, para que junto com a equipe possa fazer um pouco da
94 apresentação, seguindo na pauta das medidas. Eu acho que a Patrícia propõe aí o que a
95 gente vem discutindo, bastante pela experiência que tem das medidas mitigatórias, as
96 contrapartidas definidas nas comissões, de ouvir os Senhores Conselheiros. Então, a
97 equipe tem se esforçado bastante para criar um modelo melhor distribuído, um formato
98 mais adequado, claro, não temos as soluções para todos, o problema é complexo, mas eu
99 acho que é um caminho, é um avanço que a gente queria compartilhar e depois abrir para
100 debates. **3. PAUTA TEMÁTICA (Continuação): Instrumentos urbanísticos, contrapartidas, compensação, mitigação, dimensionamento, definições, aplicações e trâmites. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Então, antes de qualquer
101 coisa, eu queria dar as boas-vindas ao Professor Rômulo, que foi no fim da faculdade, ele
102 foi meu orientador quando eu fiz meu trabalho de conclusão e foi um excelente trabalho,
103 que me traz uma memória muito boa e me introduziu ao amor por esse tema de urbanismo.
104 Então, vou iniciar a apresentação. Então, como vocês solicitaram a gente preparou uma
105 apresentação em complementação à apresentação que foi feita pela equipe do escritório
106 de licenciamento, a Gisele e a Carol, onde elas expuseram como que se dá a questão da
107 avaliação dos impactos dos empreendimentos e a consequente definição das mitigações e
108 compensações. Vamos ver no estado atual. Então, o que a gente vai apresentar aqui, na
109 verdade, seria um trabalho que a gente está iniciando, onde a gente está iniciando a
110 revisão da metodologia. E aí na apresentação a gente vai dar um contexto geral. Vamos
111 dizer, incluindo o que é feito hoje e o que a gente está propondo melhorar nas fases de
112 implementação do projeto. Enfim, para vocês terem ideia aqui, é um processo que tem
113 início, que está em construção e que espero que vocês compreendam que, na verdade, as
114 preocupações de vocês são as mesmas nossas e é o que a gente busca atender. Então,
115 retomando, a apresentação anterior foi há um mês. Então, vocês sabem que a mitigação é
116 compensação, e avaliação dos impactos, na verdade, elas decorrem dos Projetos
117 Especiais de Impacto Urbano, que são enquadrados dentro do Plano Diretor. E o Plano
118 Diretor, como já foi exposto colega pela Gisele, ele é em quatro níveis, são os projetos
119 padrões, aqueles que conforme o Plano Diretor são considerados de impacto, embora a
120 equipe técnica entenda que qualquer projeto tenha algum tipo de impacto. Essa é a
121 definição desse tipo de projeto no Plano Diretor. E aí, separado desses projetos padrões,
122 existem três níveis de projetos especiais de impacto urbano, onde os projetos especiais de
123 impacto urbano de primeiro grau são aqueles de baixa e média complexidade, onde eles
124 têm uma baixa e média interferência no entorno, se pressupõe, né. E os projetos especiais
125 de impacto urbano de segundo grau são aqueles que vão de uma média a uma grande
126 interferência no entorno. E ainda tem os projetos especiais de terceiro grau, que se tratam
127 das operações urbanas consorciadas. Como as operações urbanas consorciadas são
128 reguladas por leis específicas, a gente não vai tratar desse tema na apresentação. Então,
129 retomando as imagens que já foram apresentadas, só para situar todos. Então, temos aqui
130 onde há impactos, onde há a interferência deles, que se pressupõe que é estritamente
131 dentro do lote. Os projetos especiais de impacto urbano de primeiro grau, onde se
132 considera que a área de interferência dele é no entorno próximo, pequena área de
133 abrangência. E os projetos especiais de impacto urbano de segundo grau que tem uma
134 abrangência mais significativa no território. Então, retomando ainda, esse enquadramento
135 dos projetos vai acontecer essencialmente de três formas diferentes. A primeira forma que
136 vai enquadrar é a questão do porte dos empreendimentos. Então, eles podem ser
137
138
139



140 enquadrados em relação à porte, tanto quanto a área construída, quanto ao porte das
141 atividades e quanto ao número de vagas de garagem. Ainda o enquadramento dos
142 projetos especiais relacionados a atividades obrigatórias. Então, existem atividades que
143 por suas características se enquadram, primeiro ou segundo grau. E ainda o
144 enquadramento por solicitação de flexibilização de parâmetros. Como a flexibilização de
145 parâmetros difere do padrão, ela necessariamente precisa de uma análise quanto ao seu
146 impacto em relação ao entorno. Aí, com essa introdução, então, passo a descrever a
147 nossa metodologia de avaliação dos impactos dos projetos, onde ela comporta o trabalho
148 que já é feito pelas equipes e aí a gente coloca as questões que estamos avaliando.
149 Então, nós temos uma breve descrição dos fluxos, desde o início da proposta até a
150 conclusão. Então, o que nós temos hoje nós temos o desenvolvimento de um requerimento
151 de proposta e nessa proposta esses itens 1, 2 e 3 são avaliados de maneira conjunta, a
152 proposta, o território e os impactos. E a partir dessa avaliação conjunta são definidas
153 mitigações e compensações no âmbito técnico. A partir daí é encaminhado o projeto para
154 andamento, dependendo se for primeiro grau é encaminhado diretamente, se for segundo
155 grau ele vem aqui ao CMDUA e quando há mitigações e compensações eles são
156 encaminhados para a elaboração de termo de compromisso. Na questão dos fluxos a
157 gente segregou essas três atividades, avaliação da proposta e avaliação do território dos
158 impactos. A gente estabeleceu um critério mais objetivo quanto à questão das mitigações
159 e compensações. A gente passou a definir a necessidade de se ter um rito de alimentação
160 de banco de dados durante todo o processo e ainda entendemos necessária a questão do
161 acompanhamento desses termos de compromisso com o uso de banco de dados. Então,
162 passamos à avaliação da proposta, que é a primeira avaliação da proposta. Ela é uma
163 atividade que já é desempenhada pelos colegas ali do escritório de licenciamento, que é a
164 avaliação da proposta em relação aos parâmetros previstos no Plano Diretor.
165 Essencialmente, a avaliação da proposta em relação aos parâmetros, em relação ao porte,
166 como eu já tinha colocado antes, ela vai ter três referências. A primeira delas é em relação
167 ao enquadramento. Então, a primeira classificação seria primeiro grau, segundo grau ou
168 se ele tem algum Impacto ou não. Posteriormente, se avalia a característica da proposta, o
169 seu porte, a sua magnitude em relação ao seu entorno, onde ele está inserido. No caso,
170 uma determinada proposta pode ser caracterizada em termos de interferência de uma
171 maneira diversa, dependendo do local onde está inserida. E isso vai gerar uma avaliação
172 específica do ponto de vista de mitigação é compensação, considerando que quanto maior
173 o porte da proposta, maior o reflexo em necessidade de mitigação em compensação. Em
174 relação às atividades se repete o processo. Então, no primeiro momento elas são
175 classificadas se são atividades obrigatórias ou não, em um segundo momento elas são
176 avaliadas em relação ao seu grau de interferência. Então, dependendo do local onde se
177 insere é permitido um determinado porte ou não, depende, e dependendo do grau,
178 dependendo do tipo de atividade e local que se insere, também as características
179 específicas da atividade, elas também vão definir uma mitigação ou compensação
180 específica. Em relação à flexibilização dos parâmetros, ela é avaliada da seguinte forma:
181 no primeiro momento, quando se tem uma solicitação de flexibilização se avalia o pedido
182 da flexibilização em relação ao entorno. Se esse entorno já está descaracterizado,
183 teoricamente, se pode aceitar essa flexibilização e se considera que ela já está de acordo
184 com o entorno. Então, teoricamente, não exigiria alguma mitigação ou a compensação.
185 Pode acontecer que o entorno está caracterizado, mas existe uma proposta que está em
186 harmonia com o entorno e que ela acarreta em um ganho ali para a paisagem. No caso,



187 ela já mitiga pelo entorno, pela própria solução da proposta que foi dada no local. Existem
188 outros casos que a flexibilização exige uma mitigação e compensação, aí nesses casos,
189 normalmente, a mitigação e compensação vai ser relacionada com o tipo de flexibilização
190 que foi pedida. Então, por exemplo, se fez uma solicitação de altura, a altura vai implicar
191 na paisagem, a gente vai tratar uma solução da adequação daquele proposta com o
192 entorno em relação à paisagem. E aqui temos um parâmetro, que atualmente não é muito
193 claro, não é estruturado na metodologia que é utilizada hoje, que é uma definição da área
194 de influência. A área de influência hoje, na análise dos projetos, é avaliada de uma
195 maneira um pouco mais intuitiva, ela não é clara. Então, a gente entendeu que é muito
196 importante que quando se defina o impacto, o grau de impacto do empreendimento, uma
197 das primeiras ações que tem que se tomar é definir claramente uma área de influência. E
198 aí, para definição das áreas de influência no ponto inicial, porque a gente vai adotar uma
199 metodologia inicial, mas a gente vai ao longo do tempo que a gente vai amadurecendo o
200 nosso conhecimento e os nossos estudos, a gente vai aperfeiçoando isso, mas no tempo
201 iniciar a gente vai adotar dois critérios para fazer essa definição da área de influência. A
202 primeira delas é o enquadramento legal, ou seja, aquilo que eu já comentei com vocês,
203 primeiro grau, segundo grau. E da relação do porte, da magnitude da proposta e a sua
204 relação com o entorno. Então, aqui tem um exemplo, nós temos uma definição de uma
205 área de influência direta, que a gente considera o bairro, aproximadamente 1000 metros
206 de raio e uma área de influência indireta, que a gente adota em um princípio zero. A região
207 de planejamento ou um raio de aproximadamente 6000 m. Então, aqui vocês podem ver
208 mais ou menos, esse é um diagrama onde a gente vai buscar a caracterização desta
209 definição da área de influência dentro da avaliação da proposta. Então, um projeto sem
210 impacto tem interferência nele mesmo. Um projeto de primeiro grau, dependendo do seu
211 grau de impacto, tanto ele vai poder não ter interferência no entorno, como o exemplo que
212 eu dei antes, como, inclusive, mesmo sendo de primeiro grau, ele pode ter um impacto na
213 escala de bairro, pelo tipo de atividade e está classificado ali. E no caso de segundo grau
214 a gente vai ter tanto pequenos empreendimentos, que são enquadrados como segundo
215 grau que vão ter um impacto simples ali apenas no entorno imediato, quanto um
216 empreendimento de grande porte que vai ter um raio de influência numa área de influência
217 direta e vai necessitar de um impacto em um raio ampliado. A avaliação da proposta hoje é
218 feita também em relação à avaliação da estrutura do entorno, esse exemplo, vamos dizer,
219 é um exemplo que foi dado, a equipe na anterior mostrou para vocês. Então, quando se
220 faz uma análise de um empreendimento se analisa o que aquela proposta implica na
221 necessidade de alteração de gravames. Por exemplo, ao avaliar se a implantação daquele
222 empreendimento torna a infraestrutura deficitária sobre algum aspecto, se ela gera
223 necessidade de complementação de equipamentos urbanos ou equipamentos
224 comunitários ou gera outros tipos de carências e demandas. Então, a avaliação da
225 proposta vai avaliar a estrutura urbana do ponto de vista simples da proposta. Essa tarefa
226 é executada hoje pelos colegas que avaliam esses impactos. Entretanto, a nossa proposta
227 é na medida do possível fazer uma normatização desses parâmetros para que eles fiquem
228 mais claros e transparentes. Então, aqui eu tenho um exemplo do que é essa avaliação da
229 estrutura do entorno. Aqui nós temos o Zaffari Grécia, acho que quase todos conhecem,
230 aqui nós tínhamos o gravame da Av. Grécia e a própria implantação do empreendimento
231 gerou não somente a necessidade de estruturação viária na sua gleba, mas nas áreas
232 seguintes. Então, para ela se inserir ali adequadamente foi necessária uma
233 complementação da infraestrutura. Outra avaliação que é feita pelos colegas, que também



234 estamos propondo à normatização é a avaliação da edificação, da atividade do
235 empreendimento e a sua inserção no entorno imediato. Então, para esse tipo de atividade,
236 eventualmente, são pedidos estudos de insolação, ventilação, tráfego quase sempre nos
237 casos de segundo grau, estudos em relação ao crescimento populacional, impacto
238 ambiental e outros. Então, esse aqui foi um exemplo, relativo ao Estaleiro, que foi um
239 projeto importante, todos conhecem, que no momento em que esse projeto entrou no
240 contexto, inicialmente a proposta era mais fechada, não tinha relação com o entorno.
241 Embora ela estivesse em um local superimportante e tivesse esse equipamento aqui de
242 praça já definido desde o começo, a proposta inicial não tinha tanta relação com o entorno.
243 Então, a gente definiu como diretriz nessa avaliação e pediu simulações das fachadas. E
244 garantir, vamos dizer, que a maior parte dessas fachadas ficassem impermeáveis para que
245 a edificação estabelecesse uma relação mais ampla com os espaços públicos no seu
246 entorno. Em especial com a área de praça ali para garantir uma vitalidade desse espaço.
247 Então, passamos para a avaliação do território. Então, como eu falei antes, que a gente
248 avaliou a proposta e vamos passar a avaliação do território. Então, a avaliação do
249 território, assim como ocorreu na avaliação da proposta, ela também é olhada em relação
250 à estrutura do entorno. Só que no caso, quando a gente pega o território para avaliar, a
251 gente avalia o território friamente, a inserção da gleba no território e aí a gente avalia as
252 condições desses gravames, se há necessidade de complementação de gravames,
253 considerando os padrões do Plano Diretor e avalia também a estrutura implantada, se há
254 necessidade de alguma complementação, enfim. Neste caso aqui é um exemplo que, na
255 verdade, se trata da mesma coisa, nesse caso aqui, por exemplo, os empreendimentos
256 que inseriram ali não geraram demanda de complemento de traçado viário. A
257 complementação de traçado viário foi simplesmente decorrente da situação existente do
258 território, porque as glebas por enquadramento legal são obrigadas a executar esse
259 traçado viário. Então, o que o Plano Diretor espera nesse momento? Ele espera que no
260 momento em que as glebas lindeiras se inserirem nesse território haja automaticamente a
261 complementação desse traçado viário. Então, em relação à avaliação do território, a gente
262 viu que na avaliação da proposta foram definidas as áreas de influência, áreas de
263 influência direta e as áreas de influência indireta. Na questão da avaliação do território,
264 nesta etapa, a gente vai passar a avaliar os desafios e as oportunidades do território.
265 Nesses desafios e oportunidades a gente vai olhar as condições e os gravames, as
266 condições da estrutura urbana, estrutura viária, a identificação das carências do território.
267 E a ideia é que toda essa avaliação e essas carências identificadas passem a alimentar
268 um banco de dados georreferenciado e esse banco de dados passe a alimentar
269 informações para a tomada de decisão. Então, a gente verifica a questão dos níveis de
270 influência. Então, só para situar como funciona a mitigação do empreendimento, ele
271 sempre vai ser priorizado do primeiro nível até o último nível. Então, o empreendimento
272 primeiro resolve a questão dele, em seguida ele resolve o entorno imediato. Então, para
273 ele se inserir nesse território, necessariamente, ele tem que ter um entorno imediato
274 estruturado, senão ele fica inadequado do ponto de vista da estrutura urbana. Se já
275 começa a se identificar a necessidade de mitigação e compensação, aí sim pula em um
276 primeiro momento para a área de influência direta. Então, para as escolhas das demandas
277 que vierem, das mitigações e compensação, a gente vai priorizar a área de influência
278 direta. As demandas não se qualificando ou tendo importantes demandas na área de
279 influência direta, elas passam a concorrer. A ideia é que a gente passe a trabalhar com
280 pontuações. Então, tanto a avaliação dos impactos dos empreendimentos vão trabalhar



281 com pontuações, tanto quanto as demandas. E a partir daí a gente passa para a avaliação
282 dos impactos. Nessa avaliação dos impactos a gente tem uma proposta que a gente está
283 começando a desenvolver agora, que é de normatizar, quantificar e medir esses impactos.
284 Então, a nossa ideia é fazer uma pesquisa de todos os estudos de viabilidade que tiveram,
285 pesquisas de metodologia, pesquisas de outras situações, enfim, para a gente poder
286 definir um padrão, normatizar e quantificar, porque os critérios existem e são utilizados, a
287 gente só precisa classificar eles de uma maneira mais objetiva. Claro, na medida do
288 possível, porque quando se trata de urbanismo nem tudo é possível medir, mas 90% das
289 ações a gente consegue quantificar. E aí a gente garante transparência na tomada de
290 decisões. Então, vocês: como foi tomada essa decisão? Então, isso vai ficar mais claro.
291 Essa é o trabalho inicial que a gente está pretendendo fazer. A partir dessa normatização
292 a ideia é ter uma padronização de parâmetros, a partir desses parâmetros a gente
293 estabelecer pontuações para a questão da avaliação dos impactos. Então, os impactos
294 vão ser medidos por pontos, eles vão depender do porte do empreendimento, do local em
295 que se inserem, do tipo de impacto, enfim. Então, a ideia é a gente passar a estudar e
296 definir uma matriz de critérios para consolidar esses parâmetros. Então, vão ser muito
297 fáceis de serem medidos, tanto que no final do processo a gente pretende desenvolver
298 uma calculadora de impactos, onde, por exemplo, determinado empreendedor que
299 pretende investir na nossa cidade já pode previamente estimar os custos da implantação
300 do empreendimento. Então, nós temos a avaliação da proposta, avaliação do território, a
301 mensuração dos impactos medida de maneira objetiva. A partir daí a gente passa a fazer a
302 avaliação da mitigação e da compensação. Inicialmente, antes de falar do processo da
303 mitigação, eu quero conceituar aqui para que todos tenham claro o que é cada coisa,
304 porque há uma confusão, muitas vezes se fala em contrapartida e, na verdade, do ponto
305 de vista do Plano Diretor, contrapartida não existe, ela vai existir nas operações urbanas
306 consorciadas, mas no Plano Diretor não. No Plano Diretor existe um impacto e um impacto
307 se mitiga ou compensa. E aí qual é o conceito, o que a gente pode definir como um
308 conceito de mitigação. Mitigação é aquilo que dentro de um perímetro determinado,
309 determinado impacto seja solucionado dentro desse perímetro. Aquilo que tu não
310 consegues solucionar dentro daquele perímetro tu passas a compensar fora deste
311 perímetro. Essa é a definição e por isso que a gente em um tempo zero a gente define a
312 área de influência direta como mitigação e área de influência indireta como compensação.
313 E aí, para proceder a execução da mitigação e da compensação, inicialmente, a gente tem
314 que identificar as carências. A identificação das carências, como a gente já citou ali, ela
315 acontece dentro da avaliação do território. E aí como é que a gente pretende fazer essa
316 identificação das carências. Hoje a gente tem dentro do âmbito das comissões as
317 secretarias componentes do SMGP, que elas vão lá e apresentam suas demandas. E a
318 gente ouve muitos questionamentos em relação a esse método, inclusive, aqui no CMDUA,
319 quanto pessoas argumentando que de repente a gente deveria atender as questões do
320 Orçamento Participativo, enfim, outras demandas. Então, a gente entende que
321 estabelecendo como base um grande banco de dados, onde a gente possa de maneira
322 estruturada fazer a alimentação desses dados, a gente pode atuar nessas diversas
323 instâncias para fazer a coleta desses dados. E essas diversas instâncias podem fazer o
324 acompanhamento das suas demandas de maneira transparente através desse banco de
325 dados. No caso do CMDUA, por exemplo, a gente vai ter que fazer um trabalho em
326 conjunto, onde a gente vai desenvolver uma rotina, onde esses dados serão coletados
327 junto às comunidades. E aí esses dados coletados junto às comunidades a gente passa a



328 alimentar no banco de dados. Outra questão muito importante, da questão da identificação
329 das carências nesse momento são os dados decorrentes do processo de revisão do Plano
330 Diretor. A gente está em início de um processo de revisão do Plano Diretor, da contratação
331 das consultorias e a ideia é que todos esses dados a gente possa colocar na plataforma e
332 esses dados estejam disponíveis para consulta. Não só no tempo do Plano Diretor, mas
333 que eles sejam utilizados para a gestão do município na sequência. Então, depois que a
334 gente identificou as demandas, a gente tem que elencar elas. Então, para poder elencar
335 estabelecemos, inicialmente, alguns critérios, que após os estudos a ideia é que eles
336 sejam aperfeiçoados, mas os critérios iniciais são esses. Para escolher uma demanda
337 deve estar dentro do raio de abrangência da área de influência, direta ou indireta, para ela
338 estar apta, né. A demanda deve estar diretamente relacionada com o tipo de impacto
339 causado. Isso é um enquadramento legal que existe. Então, se causou um impacto em
340 mobilidade, a demanda a ser atendida dentro da área de influência vai se referir a
341 mobilidade. Se for um impacto de incremento populacional que vai gerar uma demanda de
342 creche, por exemplo, o impacto a ser mitigado tem que ser em creche. As demandas
343 também vão ser pontuadas entre elas com base em alguns critérios, por exemplo, o
344 primeiro seria a compatibilização dessas carências, dessas demandas prioritárias, com a
345 característica da população. Então, a característica da população local vai pontuar mais
346 para algumas demandas do que para outras. O grau de maturidade dos projetos também,
347 porque alguns projetos só têm uma ideia, outros projetos eles têm projeto que já faz
348 envolvido, que ele pode ser facilmente atendido pela população. Outra questão é valor,
349 depois que se mencionou o impacto, a partir dessa mensuração de impacto precisa atribuir
350 uma demanda que seja compatível com esse impacto. Outra questão também é a questão
351 da gestão operacional do município, que é importante. Por exemplo, eu não vou criar uma
352 creche nova se eu não tenho como fazer, não tenho os recursos humanos posteriormente
353 para operar. Então, essas questões devem ser levadas em consideração. E aí tem outras
354 questões, também em a esses critérios, que eu vou passar a palavra agora para a minha
355 colega coordenadora de planejamento urbano, a Arquiteta Vaneska, para dar continuidade
356 na apresentação. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio
357 Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A ideia que foi trazida pela Diretoria de
358 Planejamento Urbano foi que a gente conseguisse abordar a partir da avaliação da
359 demanda por determinados equipamentos, um modelo de como a gente vai avaliar as
360 demandas. Aqui é a proposta, ela trata dos equipamentos de lazer, saúde e educação, que
361 a gente entende que devem ser vendidos para outros equipamentos comunitários, mas
362 aqui a gente vai estar abordando sobre esses temas prioritários, pensando neles como um
363 guia para depois poder estender às demais situações que acontecem. Então, dentro dessa
364 condição de desafios e oportunidades, nós dividimos os elementos a serem analisados em
365 aqueles vinculados ao território, a sociedade o que a gente colocou como projetos. Dentro
366 do território a gente faz uma avaliação do alcance espacial dos equipamentos existentes e
367 áreas impróprias para a população urbana. Na sociedade a ideia definir um perfil social e
368 conseguir fazer o levantamento das demandas da sociedade e nos projetos identificar se
369 existe sincronia ou sobreposição entre projetos que estão no radar da prefeitura, com grau
370 de maturidade e permita uma plantação mais rápida e as demandas que existem no
371 território. Então, nunca se sai do guia principal, que é dentro da área de influência direta
372 prioritariamente das demandas, mas podem se aproveitar algumas oportunidades que
373 existam para consolidar projetos que podem impactar mais positivamente. Esse projeto a
374 gente está colocando em três fases principais, uma seria para já fazer uma implementação



375 ainda neste ano, para já se qualificar, o que hoje é uma análise que muitas vezes os
376 parâmetros não ficam evidentes. A gente entende que as equipes de forma isolada têm
377 seus próprios parâmetros, próprias metodologias, mas a ideia é conseguir dar uma
378 uniformidade para os critérios e melhor controle sobre esses critérios. Em 2021/2022 o que
379 se espera na expectativa da revisão do plano das consultorias que vão atuar fornecendo
380 os estudos específicos, é qualificar esses dados. Então, no primeiro momento, na primeira
381 fase, o alcance espacial dos equipamentos é medido com uma referência de distância de
382 excelente até péssimo. Eu vou mostrar, por exemplo, como se daria essa gradação e de
383 uma maneira uniforme sem diferenciar muitos equipamentos. Em uma segunda fase a
384 gente considera que essas distâncias têm que ser parametrizadas de acordo com o tipo de
385 público que acessa determinado equipamento e condições de mobilidade desse público,
386 assim como também envolver as condições desses equipamentos. Então, ir detalhando
387 essa base. Em uma terceira fase, que a gente já espera, talvez em fases anteriores incluir,
388 mas avançar e entender barreiras que acabam aumentando a percepção de distância que
389 os usuários têm desses equipamentos. Por exemplo, se tem uma via expressa, de fluxo
390 mais intenso e ela acaba funcionando como uma barreira e tais equipamentos não ficam
391 tão acessíveis ou por questões de topografia. Com relação às áreas impróprias urbana
392 nesse primeiro momento, a gente até está considerando, as áreas de preservação
393 permanente têm mapeamento, mas a gente sabe que o nosso mapeamento ainda é
394 ineficiente em alguns territórios. Então, a gente está colocando também para as próximas
395 fases, onde se exclui essas áreas impróprias até se chegar em 2022 já tendo o modelo
396 que gradua essas áreas de acordo com adequabilidade para ocupação urbana. Com
397 relação à sociedade, nesse primeiro momento a gente tem os dados de perfil social, muito
398 baseado no Censo de 2010. É algo que a gente está estudando ainda a possibilidade de
399 utilizar esses dados ou ter alguma base mais atualizada da prefeitura. Então, se possível a
400 gente vai avançar aquela fase que está para 2021, mas que seria, já considerando os
401 dados de Bolsa Família, os dados das próprias secretarias, que tem a solicitação de vaga
402 em escola. Então, tem algumas as fontes de dados da prefeitura que podem nos dar uma
403 condição de atualizar essa informação de perfil. E o perfil atualizado do censo seria a
404 próxima fase. As demandas da sociedade hoje a gente está analisando em função dos
405 resultados, que nós tivemos as oficinas, os dados das secretarias. A ideia é avançar para
406 incluir as demandas do Orçamento Participativo e ali na fase três coloquei a questão, mas
407 já imaginando, como a Patrícia colocou aqui, nós teríamos essa plataforma e essa forma
408 de comunicação com a sociedade, que também fosse ali um repositório, que existem
409 outras formas também, através das bases, através das regiões de planejamento, que a
410 população também está se manifestando com relação às demandas de uma maneira
411 permanente e contínua, fornecendo dados e subsídios para a tomada de decisão. Com
412 relação aos projetos seria essa condição que eu coloquei no início, de verificar se existem
413 oportunidades e projetos em andamento que possam ser qualificados e que possam
414 reverter também em benefícios para essa comunidade local. Essa lâmina dá conta de
415 mostrar o que seria esse ciclo na primeira fase. Então, o primeiro momento, a gente lança
416 esses limites da área de influência e faz essas análises no território em relação ao perfil
417 social que eu comentei, as demandas da secretaria e os projetos do plano, os projetos em
418 andamento na prefeitura, eles entram como componentes para gerar esse relatório
419 consolidado, essa avaliação consolidada. Então, detalhar isso e já colocar qual seria a
420 prioridade de investimento, considerando os benefícios para uma população maior dentro,
421 de característica do local. A ideia nesse fluxograma é já dar passos de como seria essa



422 tomada de decisão a partir do momento que se delimitam essas áreas de influência que se
423 faz nessas análises. Então, a partir da delimitação das áreas de influências se faz uma
424 análise na área de influência direta, só se avança para as outras áreas e para as
425 demandas na escola municipal, a partir do momento que não se encontrem demandas
426 diretas nessa primeira análise. Se encontra o relatório preliminar, que passa pela análise
427 da secretaria e que é consolidado um relatório final de avaliação de demandas, que devem
428 ser contempladas na mitigação e compensação dos impactos como forma de ilustrar esses
429 valores e as delimitações. Então, com relação à localização no Bairro Santa Rosa de Lima,
430 que é um bairro na porção norte do território, ali na Região de Planejamento 3. Esse
431 primeiro raio é um raio de 1500. Então, por isso que a gente faz essa relação, ele
432 corresponde de certa forma a uma área média que se tem dos bairros e se vai avançando
433 de 1500 até 3.000, 4.500, 6000 e pegaria mais uma região, porque a gente não vai sempre
434 considerar o bairro, o bairro e região de planejamento são duas informações bem
435 importantes para a gente poder vincular depois que a participação da sociedade, com
436 outras as regulamentações que estão relacionadas a essas limitações administrativas. A
437 gente colocou também essas referências em metros, que por vezes, nesse caso não é
438 tanto, essa localização pode estar mais assimétrica. Então, a gente teria condições de
439 verificar quais os bairros que deveriam ser analisados ou eventualmente mais de uma
440 região de planejamento em função da localização do empreendimento. A partir disso a
441 gente fez alguns testes, considerando essas condições de proximidade dos equipamentos,
442 como eu tinha colocado. Então, no primeiro a gente coloca uma velocidade reduzida de um
443 usuário com uma mobilidade reduzida e que numa distância de 5 minutos percorre uma
444 distância de 400 metros, alguma coisa nesse sentido, para considerar uma localização que
445 seria excelente. Também foi calibrado de trabalhar com valores menores considerar uma
446 localização excelente, mas em função da distribuição de equipamentos de Porto Alegre o
447 teste nos pareceu adequado e é empregado pelas secretarias hoje, uma localização ideal,
448 de certa forma dentro do que isso tem hoje de possibilidade na cidade. A partir daí tem a
449 delimitação de 525 para ótimo, 1050 para bom, 1535 para algo que já não estaria
450 adequado e acima disso o que se consideraria uma área com uma cobertura muito baixa.
451 Ou poderia ter necessidade de instalação de novos equipamentos. Nesse primeiro
452 momento a gente usou esses mesmos parâmetros também para os equipamentos de
453 educação, para os equipamentos de educação. Aqui a gente começa a discutir: O que está
454 em situação pior considerando os equipamentos comunitários e onde eu deveria pensar
455 em concentrar esses investimentos? Óbvio que isso tem que ser cruzado com perfil
456 populacional, com o perfil da população que se altera a partir da implantação de
457 empreendimentos. Tem empreendimentos que trazem populações aí de mil residentes ou
458 mais para algumas áreas da cidade, que podem mudar essas condições. Só para ilustrar o
459 que seria essa análise de distância. Com relação ao perfil social, considerando que a
460 gente estivesse analisando o bairro como área de influência direta, nós temos dentro do
461 Observa POA. Eles produziram relatórios para todos os bairros, considerando os dados do
462 censo, com relação de renda média, que é um dos componentes que a gente acredita que
463 é adequado para se considerar como prioritário para estabelecer que existe a demanda,
464 uma vez que é a população que necessita de certa forma mais apoio de equipamentos e
465 serviços públicos. E a pirâmide etária como forma de relacionar algumas características
466 específicas que devem ser atribuídas a esses espaços públicos ou a esses equipamentos
467 construídos. Com relação a demandas sociais, em alguns dos bairros nós tivemos uma
468 representação bastante significativa, que nós entendemos que pode ser contraposta à



469 avaliação técnica no momento da participação social e das oficinas temáticas que a
470 Patrícia também mencionou logo no começo. Então, nesse bairro que usamos como
471 exemplo tiveram 16 participantes e se identificaram como residentes desse bairro e
472 apontaram, nas oficinas nós pedimos que fossem apontadas carências em equipamentos
473 de lazer, educação e saúde. Então, como a gente começa a perceber que talvez possa
474 tabular de uma forma mais direcionada para esses projetos as informações que são dadas
475 na contribuição da população, mas nesse primeiro momento eles tinham certo grau de
476 liberdade para fazerem suas contribuições. Então, eles especificavam ou destacavam
477 apenas como carência. No caso, o ponto central aparece uma praça que tem lá, que falta
478 uma praça nessa região, que é uma área com ocupação um pouco mais irregular. Com
479 relação aos equipamentos de saúde também, em alguns outros faltava médico, posto que
480 foi desativado ou existia alguma outra característica entendida como algo que era uma
481 deficiência dentro desse tema na região. Com relação aos equipamentos de educação se
482 manifestaram bastante sobre a questão da falta de creche, em alguns pontuaram a falta de
483 mobilidade, depois a gente foi ler o que foi escrito, era muito a questão da acessibilidade
484 desses equipamentos. Então, tudo a gente vê que é um trabalho para ser calibrado, mas já
485 demonstra algumas carências e quando a gente foi confrontar com aquela análise que a
486 gente fez vocacional simples ali, desconsiderando apenas o sistema viário, considerando
487 que o deslocamento nele se dá de forma igual, sem condições de bloqueio. Áreas onde
488 foram delimitadas, que faltavam escolas, faltavam creches, são também as áreas que a
489 gente tem as melhores coberturas, aqui próximo dessa região. Comentando também que
490 hoje a gente estava discutindo essa metodologia na CADAP, que é onde se discute a
491 demanda habitacional prioritária de interesse social do município. Muito se falou que
492 muitas vezes se vê que a população declara como carência vai no sentido do que os
493 relatórios técnicos demonstram. Então, é importante a gente sempre estar mantendo essa
494 fonte. A nossa ideia é conseguir estabelecer esse canal através desses modelos e a nossa
495 ideia de plataforma, que a Patrícia vai falar um pouco mais sobre esse tema. **Patrícia da**
496 **Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
497 **Sustentabilidade – SMAMS:** Então, o que a gente fez até o momento foi uma descrição
498 do processo até a efetiva definição das mitigações e compensações decorrentes dos
499 impactos dos empreendimentos. Então, a partir da definição das mitigações e
500 compensações é necessário se estabelecer a gerência de execução. Então, em relação à
501 gerência da execução o que nós temos como procedimento hoje, hoje nós temos o termo
502 de compromisso, que é o documento que estabelece, é um contrato que vai garantir que
503 as mitigações e compensações decorrentes dos impactos dos empreendimentos sejam
504 implementados com o licenciamento dos empreendimentos. A elaboração desse termo de
505 compromisso é efetuado pela PGM e tem um apoio das equipes técnicas na especificação
506 das atividades das obras. O acompanhamento dessa execução, enfim, a partir da
507 assinatura do termo de compromisso, ela é efetuada pela Procuradoria do Município.
508 Entretanto, a Procuradoria do Município simplesmente faz a cobrança do cumprimento
509 desse termo como um contato. Então, em relação ao empreendedor se ele está cumprindo
510 ou não. A gente identifica que neste processo é necessário um acompanhamento do ponto
511 de vista de planejamento urbano. Então, a ideia, e essa é uma ideia antiga, no sentido de
512 que esse termo de compromisso, o cumprimento dessas mitigações e compensações, da
513 mesma forma que as questões anteriores foram apontadas, ela também seja alimentada no
514 banco de dados georreferenciado. E aí neste banco de dados as pessoas podem
515 acompanhar não só a existência dessas obras de mitigação e compensação, mas também



516 acompanhar o desenvolvimento delas ao longo do tempo. Ele é útil tanto para nós que
517 desenvolvemos essas tarefas de planejamento, para nossa tomada de decisão. Então,
518 quando a gente faz uma análise do território a gente tem que ter as condições mais
519 adequadas da situação do que está consolidado, o que não está consolidado para
520 desenvolver o projeto, para complementar um projeto. Não só nós da parte do
521 planejamento urbano, mas também das demais secretarias envolvidas no processo de
522 desenvolvimento urbano. O acompanhamento também dessas obras, é importante também
523 no sentido do controle das etapas do processo de licenciamento. Muitas vezes o processo
524 de licenciamento têm vínculos de condicionantes para complemento dessas etapas. No
525 momento em que tu tens um lançamento desse cumprimento dessas etapas dentro do
526 banco de dados, quem buscar fazer uma liberação de condicionante, por exemplo, já vai
527 ter uma informação automática. O mais importante, o fato de alimentar esse banco de
528 dados de maneira em tempo real, ela permite a transparência, permite o acesso e o
529 controle por parte da população. E aí a ideia, a partir dessa alimentação desse banco de
530 dados, e daí muito de vocês já ouviram falar, é o desenvolvimento desta plataforma de
531 planejamento. Então, essa plataforma vai ser a interface da alimentação desses dados e
532 que vai poder ser consultada, tanto pelos técnicos, quanto pela sociedade. Ela visa
533 eficiência na tomada de decisão, ou seja, no momento que existe uma plataforma de
534 interface acessível em relação ao uso de dados do município, ela permite eficiência na
535 tomada de decisão, eficiência também no controle das etapas do processo de
536 licenciamento e uma ampla informação das informações à população, permitindo que a
537 população faça esse controle. Então, a gente estrutura e possibilita que isso ocorra e a
538 gente realiza isso através do desenvolvimento desta plataforma de planejamento. E para
539 finalizar, rapidamente, eu passo as fases de implementação desse projeto. Então, está
540 previsto para ser desenvolvido em três fases, sendo a primeira em 2020, a segunda fase
541 em 2021, que trata da consolidação desses dados e aperfeiçoamento desses
542 procedimentos. E ela vai se concluir em 2022 com a revisão do Plano Diretor. Qual é a
543 ideia durante esse processo? Que a gente dê um start, conforme esses parâmetros que
544 nós passamos para vocês e no decorrer do tempo, com base na constante alimentação
545 dos dados e a estruturação dos procedimentos, a gente vá agregando parâmetros e
546 avaliações. Até que quando chegar no momento da revisão do Plano Diretor nós vamos ter
547 um modelo consolidado para ser aplicado. A fase 1 em andamento envolve as seguintes
548 ações: a questão das reestruturações das equipes, que é uma tarefa que estamos
549 fazendo. A mudança da metodologia de análise, o pessoal das comissões também já estão
550 sendo atingidos pela questão da metodologia. Então, nós estamos revisando os fluxos de
551 análise dos empreendimentos e reestabelecendo rotinas para que junto à análise dos
552 empreendimentos a gente possa fazer essa alimentação do banco de dados. Também em
553 paralelo está prevista a contratação de uma consultoria junto ao PENUD para nos auxiliar
554 na questão da estruturação da base de dados. Ela é preliminar à questão da revisão do
555 Plano Diretor. E aí essas duas últimas ações, que a gente já expos um pouco para vocês,
556 que é o início do desenvolvimento de uma metodologia para quantificar os impactos e o
557 início do desenvolvimento de critérios para avaliação dos desafios e das oportunidades
558 das áreas de influência. Na fase dois, a ideia é fazer a padronização dos parâmetros,
559 estabelecendo pontuações para a questão dos impactos, para fins da medição das
560 mitigações e compensações. Então, a questão da alimentação do banco de dados, a gente
561 vai consolidar a questão da nossa estruturação da base de dados, alimentação de dados,
562 a estruturação das rotinas para fins de alimentação desses dados junto aos órgãos do



563 município, junto ao Orçamento Participativo, junto às regiões de planejamento e também
564 da coleta de dados decorrentes do processo de revisão Plano Diretor. Na fase dois ainda,
565 como eu já tinha explicado antes, que esse é um processo que ele vai evoluindo ao longo
566 do tempo, ela vai acontecendo. O aperfeiçoamento da definição dessas áreas de
567 influência e o aperfeiçoamento dos parâmetros e critérios para escolha dessas demandas.
568 E aí a conclusão, então, ela vai se concluir junto com o processo de revisão do Plano
569 Diretor através do desenvolvimento dessa calculadora de impactos, garantindo a
570 previsibilidade dos investimentos no município. A consolidação das estruturas, dos fluxos,
571 dos parâmetros de avaliação dos empreendimentos, da definição das áreas de influência,
572 dos parâmetros e critérios para escolha das demandas, das formas de participação da
573 sociedade a partir da revisão do Plano Diretor e a consolidação do modelo da plataforma
574 de planejamento, visando transparência relativa às informações do município. E a
575 eficiência da gestão na análise de processos nas respostas às demandas da sociedade. É
576 isso. Este trabalho não foi feito só por mim e pela Vaneska, mas contou com a participação
577 de todos os colegas. Esse trabalho iniciou o desenvolvimento lá no GT Mitigações, onde o
578 próprio Secretário Germano fazia parte e a gente quer aqui manifestar a contribuição de
579 todos os participantes. Era isso, eu agradeço. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
580 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Patrícia e
581 Vaneska. Parabéns. Eu gostaria de ressaltar o trabalho da equipe para construir um
582 modelo mais adequado a partir das vivências, das experiências do dia a dia. Então, a
583 equipe está muito dedicada em melhorar esse processo, a gente que teve tantas melhorias
584 significativas e às vezes, quando a gente aqui é demandado de uma forma, inclusive, forte,
585 cobrado, a gente fica enquanto servidores públicos que somos, ficamos de certa forma
586 chateados, porque a gente está se esforçando e estamos dando o nosso melhor. Nós
587 estamos aqui para contribuir com a cidade. Toda a equipe está aqui para contribuir para
588 contribuiu, para melhorar. A gente teve grandes melhorias aqui no Conselho do Plano com
589 esse formato online, a gente agregou a equipe de planejamento, que está fazendo as
590 apresentações, todo mundo está visualizando mais as coisas. Lembram que nós tínhamos
591 tanta dificuldade nos processos físicos? A gente consegue acessar os processos de forma
592 concomitante, a gente consegue prestar mais esclarecimentos para promover um debate
593 mais saudável e às vezes a gente sente e falo com humildade necessária, que às vezes
594 nós sofremos uma oposição, uma resistência e nós gostaríamos de ter uma discussão
595 mais proveitosa, de trazer mais coisas aqui para vocês. E por muitas vezes, em função de
596 alguns posicionamentos muito rudes, difíceis de alguns conselheiros, acaba nos afastando
597 da gente trazer um debate e a gente vai fazer mais o protocolar, aquilo que a lei nos exige.
598 Então, se a gente não consegue construir um clima mais de construção, de debate, sem
599 dúvida que as melhorias vêm, a equipe está aqui porque quer melhorar, quer transformar a
600 nossa cidade, aproveitar a oportunidade e melhorar a nossa cidade. Então, nesse sentido
601 que toda a equipe vem construindo uma melhor forma de trabalho, sempre na tentativa de
602 viabilizar melhorias para a nossa cidade. Feito um pouquinho desse desabafo eu passo a
603 fala. Já temos inscritos, cada um tem 5 minutos para contribuir, depois a possibilidade da
604 réplica. A ideia é de debater o tema. Eu abro a palavra para o primeiro inscrito, o
605 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
606 **RGP. 1:** Bom, primeiro parabenizar a Patrícia e a Vaneska, toda a equipe pelo trabalho. Eu
607 não poderia deixar de parabenizar pelo trabalho e o intuito do Conselheiro quando faz a
608 crítica é no sentido de construção e de qualificação desta Cidade, é no sentido de que nós
609 temos uma cidade de está completamente abandonada, que são as periferias da cidade,



610 são comunidades que há anos esperam e a gente vê uma cidade só preocupada com
611 grandes empreendimentos e que violentam muito esta cidade. É uma discussão de cidade,
612 que cidade nós queremos. Nós temos uma cidade real e queremos uma cidade do nosso
613 imaginário, das contribuições. Só que hoje as comunidades que mais precisam são
614 pressionadas pelo tal desenvolvimento. Então, eu pergunto para vocês, Vaneska e
615 Patrícia: como que a regularização fundiária, como que essas medidas compensatórias,
616 mitigatórias, contrapartidas, vão influenciar sobre as comunidades que mais precisam? E
617 aí eu vejo um avanço em ouvir as demandas do Orçamento Participativo, mas não basta
618 ouvir, deve construir com as comunidades e respeitar a forma como elas se estruturaram.
619 E o tema envolve outras questões, mas eu quero ficar nisso, no lado de parceria com as
620 comunidades. Nós hoje temos uma cidade que só se preocupa com os grandes
621 empreendimentos, ela não se preocupa com a cidade periférica, a cidade que precisa de
622 investimento, que precisa ser resolvidos os seus problemas. Nós estamos há 30 anos
623 construindo um processo de democracia participativa que não é brincadeira, não é à toa
624 que esse processo encantou o mundo, não é à toa que essa cidade se tornou referência
625 como democracia participativa. E isso não vamos abrir mão, a crítica faz parte do processo
626 democrático, isso faz parte. Eu sou porto alegreense, eu amo a minha cidade e tenho um
627 trabalho comunitário e não é um discurso, como alguém um dia disse que eu sou
628 populista, não é populista, eu pisei no bairro, conheço a cidade como muitos poucos. São
629 30 anos de participação indo nas comunidades e atendendo aos seus problemas
630 emergenciais, de sobrevivência, de ônibus que falta, de creche para deixar seus filhos.
631 Então, a cidade tem que ter esse olhar, não só para os grandes empreendimentos, a
632 cidade é violentada e eu uso esse termo de propósito, a cidade sofre. Não há uma
633 preocupação de construir com a cidadania, o capital nesta cidade tem uma predominância
634 enorme, não vamos ser ingênuos, é uma discussão de que cidade nós queremos e para
635 que nós queremos a cidade. E quando eu fui forte na última intervenção de que eu não
636 aprovaria nada e me questionaram, digo mais, esta cidade tem um débito com as
637 periferias, com as comunidades que precisam de infraestrutura, de lazer, de saúde, de
638 educação, como muito bem foi apresentado pela Vaneska. Então, é uma discussão
639 política, também é ideológica, porque sempre dizem que a questão é partidária, nós temos
640 que saber conviver com o contraditório. E nós da RGP 01 estamos apresentando um plano
641 popular de ação regional, construindo com essa periferia do centro, região central, que
642 muita gente não conhece. Ouvimos o 4º Distrito, ouvimos as pessoas e vamos lançar a
643 plataforma do Atua POA dia 2 de outubro com toda uma visão que nós temos nesta
644 cidade. Nós somos propositivos. (Sinalização de tempo esgotado). Só me dá mais 30
645 segundos, Secretário, para eu finalizar meu pensamento. Então, é isso, eu tenho o maior
646 respeito Patrícia e pela Vaneska, elas são testemunhas que muitas vezes eu envio aquilo
647 que eu leio para elas e elas podem dizer se isso é verdade ou não. É uma contribuição,
648 quando a gente foi no Ministério Público, Secretário, foi exatamente para democratizar as
649 nossas relações e para construir uma área de convivência harmônica para o bem da
650 cidade. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
651 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. É
652 muito bom ouvir sua manifestação, porque me tranquiliza também, porque a gente está
653 tentando construir o melhor. Vamos ter os momentos mais tensos às vezes, mas a gente
654 tem que saber superar em frente, não vai ser o fim do mundo, o debate é salutar. Eu
655 também dou as minhas osciladas aqui, horas estou melhor, horas estou pior, é natural, é
656 do ser humano, mas o processo vai modelando, a gente sai mais maduro depois do



657 aprendizado e convívio com todos vocês. Na sequência o Conselheiro Emílio. **Emílio**
658 **Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**
659 **CAU/RS:** Boa noite. Em princípio queria parabenizar a Patrícia, a Vaneska, ao Secretário
660 e a toda equipe da Prefeitura por terem desenvolvido este projeto, que pode mudar o dia a
661 dia de um processo de gestão urbana, sobre tudo os processos de licenciamentos, que é a
662 parte mais importante, diria, o coração na parte de gestão urbana, O CAU neste momento,
663 quase nunca se manifesta especificamente dentro do processo de licenciamento, porque
664 entende que existem pequenos erros, conceitos a mais, pequenos erros metodológicos,
665 que a gente prefere ficar um pouco de fora dessa parte dessas contribuições. Pleno o que
666 eu acabo de ver, parece um avanço substancial neste processo. Portanto, acredito e dou
667 os parabéns por este trabalho que vem sendo desenvolvido por toda essa equipe. Como a
668 Patrícia e a Vaneska já manifestaram tanto no Ministério Público, aqui no CMDUA, que é
669 um processo colaborativo e participativo. Portanto, precisam do aporte de cada um dos
670 conselheiros para poder aperfeiçoar. Faço minhas as palavras do Felisberto, no sentido de
671 que estamos aqui para colaborar e o CAU neste sentido sempre se manifestou aberto para
672 poder dar a sua opinião técnica para poder ficar em cima de um processo e aportar, que é
673 o que mais nos interessa em todo esse processo. Quando eu escutava a Patrícia
674 desenvolver toda essa parte metodológica, que é a parte substancial de algo que vai ser
675 implementado no futuro, um futuro próximo ou um futuro muito mais longe e ouvia,
676 especificamente, o que significa, os estudos de impacto de vizinhança. Praticamente,
677 estamos consolidando, já que não está regulamentado em Porto Alegre, já falei sobre isso,
678 mas a Patrícia me corrigiu que não está regularizado o impacto de vizinhança. Portanto,
679 recolhe grande parte dos aportes da metodologia do Governo Federal em relação aos
680 impactos de vizinhança. Portanto, seria já um passo adiante, um grande aporte para que
681 de uma forma técnica a gente possa avaliar os diversos tipo de impacto, que levam a um
682 processo de licenciamento. Eu vou levar esta proposta para o CAU e vou me manifestar
683 dentro do próprio CAU, com os aportes de outros colegas, e entregaremos à equipe uma
684 proposta de outros parabéns, ou de correções, ou de formas e complementações. Eu vejo
685 que agora a Prefeitura quer para si, para internamente internalizar como um processo de
686 gestão propriamente forte. Nesse sentido, eu pergunto rapidamente o que vai fazer o
687 empreendedor privado? Depois do estudo de impacto de vizinhança, não competiria
688 entregar e ser a Prefeitura como um gestor, ordenador de todo esse processo? Porque
689 isso envolve custo, por exemplo, para a parte de impacto de tráfego, precisa de
690 simuladores, que custa mais ou menos 40 mil dólares, precisa de capacitação, de
691 treinamento, de técnicos e etc. Então, não sei se a Prefeitura quer para si, poderia ser
692 interessante e ele internamente iniciar todo esse tipo de processo. (Sinalização de tempo
693 esgotado). Seria interessante que o CMDCA nesta gestão tenha o apoio, no qual eu estou
694 propondo para que o CMDUA possa criar internamente um grupo técnico, uma comissão,
695 de avaliação desse projeto e dar um carimbo, um sustento, uma chancela de como o
696 processo vai ser, que possa pegar e encaminhar, porque há probabilidade de que possa
697 trocar tudo isso que já se conseguiu, todo esse trabalho técnico de um ano. Então, deixo
698 como proposta esses tipos de coisas e colo o CAU, que se dispõe a colaborar com vocês.
699 Obrigado, Secretário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**
700 **Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Boa noite, Presidente. Eu queria
701 parabenizar, mas também agradecer a todo esse trabalho que a Patrícia e a Vaneska, toda
702 a equipe, estão trazendo para nós. Parece que realmente a gente está se encontrando as
703 ideias, que é tudo aquilo que a gente às vezes fala no Conselho e hoje os técnicos da



704 Prefeitura estão abrindo mais essa caixa preta, essas coisas que vem a conta gotas para a
705 gente. Eu queria colocar aquilo que a gente sempre fala aqui, a necessidade que a gente
706 vinha falando da consulta ao OP e aos conselheiros das regiões, que a gente defende
707 bastante, consultar as necessidades das regiões. Então, para quando for elaborar projetos
708 de importância para a cidade, a própria demanda da comunidade seja lembrada. Quero
709 registrar mais uma vez como se faria a fiscalização do cumprimento das contrapartidas,
710 que é pela PGM. As coisas demorar muito tempo e depois a comunidade não tem como
711 acompanhar a execução. É o caso da Av. Grécia, que até hoje não foi resolvido e nem
712 respondido. Então, é nesse sentido que a gente questiona o governo como um todo, por
713 que essas coisas não são respondidas. Também a questão das contrapartidas que não
714 foram entregues, a gente não sabe, não conhece e não consegue acompanhar. Nós temos
715 que ter uma forma de que as entregas dos equipamentos comunitários, a título de
716 contrapartida ou mitigação, que sejam entregue no início do empreendimento, porque
717 depois que o empreendimento for executado e funcionando parece que cai no
718 esquecimento o atendimento daquilo que estava sendo proposto pelo termo de
719 compromisso e a sociedade não tem a oportunidade de conhecer e nem de comprar. E
720 uma questão que eu acho que seria importante, foi falado que um equipamento, mesmo
721 que seja identificada a necessidade de um equipamento comunitário, vai gerar mais
722 despesa para o município. Eu não sei se isso daria para considerar como uma verdade.
723 Nós poderíamos criar um item – banco de demandas de mitigações, para que mais adiante
724 pudesse consultar e ver o que poderia ser atendido de acordo com a necessidade. Vejam,
725 nós temos lá casos de grandes empreendimentos que se instalaram e não foi cobrado
726 nada deles. E aí que eu acho interessante, a CAUGE, como que ela consegue isentar o
727 empreendimento de atender alguma coisa que a gente sabe que há necessidade, senão
728 naquela região, se não for naquele bairro, mas logo adiante pela cidade a gente sabe que
729 tem. Então, nesse banco de dados poderia colocar e junto com o Orçamento Participativo
730 e o CMDUA ver onde instalar. Por exemplo, o Iguatemi só após 25 anos que chegou a
731 Porto Alegre que foi contemplar de uma contrapartida com o município. Então, ele
732 construiu uma creche aqui na Vila Ipiranga, que hoje eu sou o gestor dessa creche. Então,
733 eu tenho um exemplo a citar sobre a demora da entrega do equipamento e da
734 necessidade. Porto Alegre levou 25 anos para se beneficiar de uma coisa que a sociedade
735 tem direito. Então, por isso que eu defendo ter os equipamentos comunitários, que nunca
736 vai ser demais na cidade. Era isso e parabéns mais uma vez a vocês. **Rômulo Krafta**
737 **(Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu queria manifestar a
738 minha grande alegria e orgulho de ver essas jovens profissionais, egressas aqui da nossa
739 faculdade, tomando a si tarefas de grande complexidade e alcance. Então, isso realmente
740 é uma coisa que me deixa muito, que me recompensa muito, como professor e,
741 eventualmente, orientador dessas moças. Eu estou pegando o bonde andando, porque eu
742 não estive na reunião passada e estou ainda tentando aprender mais ou menos como é a
743 dinâmica de funcionamento. Vi aqui que a Vaneska colocou um post que a gente pode
744 enviar contribuições por escrito. Então, certamente, eu falei isso na medida do possível.
745 Eu queria fazer algo uns comentários sobre o que foi apresentado, não é nem crítica,
746 simplesmente levantar pontos para que a gente possa pensar melhor e, eventualmente,
747 clarificar aspectos que possam eventualmente ter ficado omissos ou obscuros na
748 exposição que a gente assistiu. O primeiro deles, que eu queria dizer, com relação ao
749 problema da discussão e o enquadramento das propostas dos empreendimentos. Quer
750 dizer, eu imagino que todo mundo há de concordar que o propósito básico de um exame,



751 de um acompanhamento e de uma atenção, um cuidado em relação a empreendimentos
752 na cidade seja melhorar a cidade. Esse é o ponto principal e inarredável. Então, hoje nós
753 ficamos pensando assim, qualquer que seja o empreendimento, aliás, como foi dito pelas
754 apresentadoras, causam impactos na cidade dos mais variados tipos, desde a questão da
755 infraestrutura até a ordem simbólica, passando pelo bem-estar socioeconômico pela
756 economia, pela prosperidade. É uma série de itens que são consideráveis,
757 independentemente, de todas as propostas, todos empreendimentos, haverá de ter
758 impactos sobre todos esses itens. Nós podemos imaginar uma lista enorme de itens de
759 avaliação disponível e cada proposta de cada empreendimento a ser analisado vai incidir
760 sobre alguns desses itens. Agora, como é que eles ensinam sobre esses itens? Eles
761 podem ser altamente prejudiciais, há um ou outro item, podem ser levemente prejudiciais
762 em outros, podem ser indiferentes a outros e podem ser positivos em outros. Ou seja, as
763 propostas de empreendimentos podem ter aspectos positivos, de melhoramento dos
764 lugares, de melhora de eficiência da cidade e coisas desse tipo. Então, eu fico imaginando
765 que esse processo de enquadrar uma proposta é um problema bem mais complexo do que
766 a gente imagina a primeira instância. Eu suponho que a gente deveria ter uma declaração
767 de princípios, quais são os critérios, quais são os tópicos que envolvem a avaliação de
768 impacto e se alguns desses itens são mensuráveis, quantitativamente, outros talvez não,
769 mas nós temos que ter de alguma forma uma quantificação, como foi bem dito para isso. E
770 o resultado dessa avaliação, parece que a questão básica é assim, que a soma disso tem
771 que ser positiva. Ou seja, qualquer que seja o empreendimento da cidade tem que resultar
772 em benefício para a cidade, tem que ser a soma acima de zero, não pode ser negativa.
773 Então, as somas negativas é que seriam objetos de mitigação ou de compensação,
774 conforme essa nomenclatura que é a proposta das moças aí, que levantaram. Então, acho
775 que isso é uma coisa que precisaria ser mais desenvolvida e mais pensada. Então,
776 realmente, como é que a prefeitura faria isso. O segundo tópico que eu queria levantar é
777 com relação ao seguinte, ao processo de decisão. Então, imagine assim, eu tenho uma
778 lista de 50 tópicos, eu tenho um empreendimento que incidiu sobre ele, incidiu nessa lista,
779 digamos assim, em 15 tópicos. Então, nós temos 15 avaliações de impacto, algumas muito
780 ruins, outras pouco ruins, outras indiferentes, outras positivas, enfim, nós temos um quadro
781 que teria que ser montado. E a decisão sobre quais desses tópicos deverão ser mitigados
782 e como, não me parece que seja uma decisão técnica, não é uma decisão dos técnicos,
783 não podemos querer que os planejadores da prefeitura façam esse papel. O que eles
784 podem fazer e estão fazendo, estão dando evidência de podem fazer muito bem, é dar
785 suporte à decisão, mas a decisão em si não vejo como ela possa ser tomara. Seria muita
786 crueldade fazer com que os técnicos da prefeitura tivessem essa responsabilidade de
787 enquadrar, de descobrir o que a comunidade precisa, o que a área precisa, o que é ruim, o
788 que é bom, o que é desejável, o que é prioritário e o que não é. Ou seja, é uma tarefa
789 hercúlea essa e injusta de ser dada. Então, acho que nós deveríamos considerar que tem
790 uma instância, que é a avaliação do impacto, um trabalho de suporte à decisão e tem outro
791 trabalho, que é a decisão propriamente dita, né. Ela deveria necessariamente envolver os
792 técnicos, os autores da proposta e envolver pessoas, representantes de grupos que são
793 de alguma forma influenciados, como moradores, como usuários, enfim, coisas desse tipo.
794 Então, é uma coisa que deveria ser melhor desenvolvida. (Sinalização de tempo
795 esgotado). Isso um problema, tem a ver com as coisas que foram ditas aqui: como que
796 fiscaliza? Quais são os itens? São coisas profundamente inerentes a montagem dessa
797 gestão, que pode ser suportada informada pelos técnicos, mas precisaria de alguma forma



798 ter uma gestão compartilhada. Essa gestão compartilhada resolveria uma série de
799 questões locais que foram dadas aqui, como, por exemplo, qual dos impactos que é mais
800 relevante? Nós podemos ter uma lista de 15 impactos, mas quais são os relevantes? Não
801 cabe a um técnico dizer isso, né! Ele pode informar, mas quem tem que decidir é o
802 conjunto das pessoas, enfim, a coletiva e tal. (Sinalização de tempo esgotado). Então, e o
803 outro ponto que eu queria chamar atenção, é o seguinte, eu acho que nós poderíamos
804 pensar para que esse sistema está sendo pensado, está sendo proposto, se ele é voltado
805 especificamente para avaliar e mitigar impactos de empreendimento sobre a cidade ou se
806 é voltado para contribuir no financiamento da cidade. Isso são duas coisas diferentes, que
807 se você nós pensarmos na primeira hipótese, estamos avaliando o impacto e queremos
808 mitigar os impactos ou neutralizar esses impactos, ou compensar esses impactos? Então,
809 todas as coisas que forem decididas a serem feitas pelo empreendedor deveriam estar
810 relacionados direta ou indiretamente ao impacto. Quer dizer, eu não posso querer fazer
811 uma terceira coisa em outro lugar que não tem nada a ver com o empreendimento. Se for a
812 segunda, aí pode tudo, mas aí tem que mudar o nome do sistema, aí não é mais avaliação.
813 Obrigado. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do**
814 **Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos. É preciso também começar, assim como os que
815 me antecederam, é muito importante ouvir essa explanação temática organizada pelas
816 duas colegas conselheiras, arquitetas, profissionais aí da Prefeitura e que deram uma
817 contribuição importante nesta noite. Justamente naquela linha que nós conselheiros temos
818 insistido para que a nossa participação no conselho não se restringisse apenas ao exame
819 de pequenos processos atomizados e perdidos dentro da dinâmica da cidade, das
820 prioridades de empreendedores. E que isso tivesse sempre, é o requerimento que
821 fazemos, que tudo isso pudesse ser enquadrado, contextualizado e essa sessão de hoje
822 foi muito importante para isso. Quero dizer, Secretário, que nós todos queremos cooperar
823 com nosso Conselho. Nós todos queremos trabalhar dentro do Conselho com respeito,
824 respeito mútuo que precisa ser apontado. Eu tenho sentido a maior rudeza, eu tenho
825 verificado que a origem dessa rudeza vem mais do núcleo de comando e do seu grupo de
826 apoio do que das entidades que têm discutido e as regiões de planejamento, que temos
827 buscado trazer contribuições solidárias, respeitadas, pensando em todos os participantes.
828 Sobre a temática trazida pela Patrícia e pela Vaneska, muito importante, eu ao ouvi-las
829 fiquei pensando sempre, dentro dessa estrutura, e o Professor Rômulo estava falando
830 antes, como se encaixa aí dentro a participação formal das comunidades? Como dentro
831 dessa estrutura a voz da população das várias regiões de Porto Alegre pode ser
832 registrada? E esses impactos podem ser mediados pelo compartilhamento e participação
833 das comunidades? Qual é o fórum dentro dessa estrutura que define e que bate o martelo
834 para o que mitigar e o que compensar? Isso não pode ser uma decisão gabinetel, não
835 pode ser uma decisão restrita. Vi também, eu acho que nós como Conselho Municipal de
836 Desenvolvimento Urbano e Ambiental, as questões ambientais, eu sinto falta das
837 referências. A temática ambiental dentro da nossa estrutura de planejamento, sobre a
838 questão de mitigações e compensações, os problema de arborização urbana eu anotei. Eu
839 não vejo a assim a acessibilidade com os critérios ambientais para a questão dos
840 mapeamentos dos nossos arroios, as questões que nós vemos lá relatados dentro do ano
841 passado e deste ano, os problemas de água lá dentro da RGP 7, as questões de mata
842 ciliar, qualidade do ar, recolhimento de resíduos, os galpões de reciclagem situados dentro
843 do mapa da cidade, os problemas que derivam da questão e da gestão do transporte
844 coletivo. São todas questões que dizem respeito ao espaço urbano e ao impacto que todos



845 os empreendimentos têm. Eu queria fazer apenas esses comentários, procurando respeitar
846 a questão do nosso tempo e agradeço pela noite de trabalho de hoje. Obrigado. **Jane**
847 **Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete –**
848 **RGP. 7:** Boa noite a todos. O Professor Rômulo, como um bom preceptor, já adiantou
849 bastante daquilo que eu pensava sobre mitigação e compensação. Mitigar e compensar o
850 quê? Se mitiga o que, por exemplo, a Universidade Católica aqui, que é minha vizinha,
851 proporciona para a cidade com milhares e milhares de estudantes se locomovendo para o
852 mesmo local, abrindo novas avenidas, abrindo ruas, fazendo viadutos. E o transporte
853 público é um horror, as pessoas que moram aqui, como eu que vem do trabalho às 6 horas
854 da tarde, vem aboletada com todos, com os estudantes que usam o transporte coletivo
855 para vir e ficam no engarrafamento com todos os que vêm de carro. Então, essa proposta
856 de uma nova leitura sobre mitigação e compensação é muito importante, porque nós
857 moramos na periferia não somos contra o progresso, não somos contra os grandes
858 empreendimentos, não somos contra a evolução da cidade. Nós somos contra o que o
859 progresso, a evolução e os grandes empreendimentos causam para nós que moramos
860 aqui, que estamos aqui e que fazemos a cidade, porque trabalhamos nela e usamos ela.
861 Toda essa rudeza, toda a aspereza que nós temos ao falar, Secretário, é pelo sofrimento
862 que nós enfrentamos diuturnamente, com a imposição que os grandes empreendimentos
863 nos oferecem, nos deixam aqui. A gente vai para o trabalho, os nossos filhos vão para a
864 escola, não tem creche, não tem escola, não tem posto de saúde, é prédio, faculdade, é
865 mais prédio. E os equipamentos comunitários que são necessários não existem ao nosso
866 alcance, nós precisamos de transporte público e esse transporte público está sempre
867 lotado, sempre abarrotado. Então, isso nos endurece, isso nos enraivece, porque a cidade
868 prospera, progride, fica deslumbrante e nós cada vez mais somos oprimidos e cada vez
869 mais somos empurrados para mais longe. Então, eu gostaria muito que essa nova
870 proposta que as meninas apresentaram muito bem aí, que ela fosse uma proposta
871 definitiva, que é aquilo que vem há muito tempo sendo comentado aí pelo estatuto da
872 cidade, que é o impacto de vizinhança, mas que essa vizinhança seja consultada, que
873 essa vizinhança saiba que o prédio que a faculdade está construindo ali do outro lado, que
874 tirou uma quantidade enorme de árvores, até um campo de futebol, que ele vai trazer um
875 transtorno horrível para nós e que ele não vai servir para nossa saúde, que nós vamos ter
876 que pegar o ônibus para ir lá no posto de saúde consultar, um posto de saúde que agora
877 está completamente sucateado. Então, as comunidades que sejam ouvidas, que elas
878 saibam que a mitigação, a compensação, vai ser realmente uma compensação pelo
879 transtorno que vai sofrer a vida delas. Parabéns para as meninas, que a nova gestão que
880 vai se implantar em Porto Alegre, se Deus quiser, que ela continue com a ideia que vocês
881 estão dando agora no início, que já é uma ideia antiga que nós usamos aqui na vila São
882 Judas Tadeu, a ideia do impacto de vizinhança, quando nós lutamos contra essa
883 faculdade, que colocou um projeto aí dentro da Prefeitura de mitigação do transporte, do
884 transtorno que ela ia trazer no transporte público, retirando daqui da minha comunidade 82
885 famílias. Esse Impacto de vizinhança nós já naquela época usamos para nos defender
886 desse projeto. E agora ele está sendo olhado pelos técnicos da prefeitura. E se Deus
887 nosso senhor quiser, vai ser implementado para que a gente tem algum instrumento para
888 se defender de algumas coisas. Boa noite a todos. **Jackson Roberto Santa Helena de**
889 **Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas.
890 Parabéns à equipe técnica toda que fez essa bela apresentação. Endosso as palavras de
891 várias colegas que me antecederam, especialmente na questão de que nós enquanto



892 planejadores da cidade tenhamos uma sintonia com o OP, que é, normalmente, a voz da
893 população, que é para onde se encaminha as necessidades reais de cada comunidade.
894 Creio também que é papel nosso fazer exatamente o que a Jane colocou, que é
895 comunicar, provocar reuniões públicas com as comunidades que vão sofrer o impacto de
896 qualquer empreendimento. É justamente onde a gente mais sente essa dificuldade, nas
897 comunidades carentes, assim como a minha região. O Emílio colocou muito bem, era uma
898 das minhas ideias, mas ele correu na frente, que realmente nós devemos trabalhar para
899 que independente de qual governo seja, não interessa, alguém vai governar Porto Alegre a
900 partir de 1º de janeiro. E que a gente possa levar alguma coisa mais azeitada, porque foi
901 um trabalho de um longo período que as técnicas, que a equipe técnica fez e que nós não
902 podemos deixar jogar fora. Era isso. Muito obrigado e boa noite. **Darci Barnech Campani**
903 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa
904 noite a todos. Infelizmente, eu peguei a apresentação no final, mas, Secretário, eu não
905 posso aceitar a sua adjetivação de “rude”, eu acho que o senhor foi muito infeliz ao usar
906 essa expressão. Eu concordo com outro conselheiro que falou, acho que foi o Mark, do
907 corpo da nossa Secretaria. A minha sensação é de muito tempo perdido. Aquele processo
908 que eu relatei da Lomba do Pinheiro, nós trabalhamos aquele processo aqui na reunião,
909 três ou quatro reuniões e era uma coisinha desse tamanho, era simplesmente não fazer a
910 ligação de duas ruas, uma coisa muito simples, em cima de uma visão de impacto de
911 vizinhança. Então, vocês melhor do que a gente poderia fazer um levantamento do que
912 são os processos, a maioria dos processos que nós estamos apreciando, gravamos
913 solicitados pela prefeitura de trechos de vias. Se a gente quer mudar uma vírgula, a
914 resolução vem pronta para a gente. De todos os processos vieram aqui, qual é a vírgula
915 que a gente conseguiu trocar, Secretário? Não tem essa flexibilização, tem sido rude com
916 a gente a Secretaria e seu corpo diretivo. A gente quer trocar uma vírgula e não pode. O
917 processo que eu relatei na Lomba do Pinheiro está dando um trabalho imenso que não
918 precisava, era simplesmente fazer o gravame sem aquele pedaço. Agora, várias reuniões
919 aqui, vai e volta para a Secretaria, envolve funcionários tudo de novo. Olha o custo disso,
920 Secretário! Sinto muito, não posso aceitar o adjetivo de rude. Eu acho que se o objetivo
921 realmente é trabalhar, realmente, a lei de impacto de vizinhança é 2001, nós estamos em
922 2020. Porto Alegre foi fazer a sua legislação específica de 2012, eu acho que nós
923 entidades, e chamaria os representantes das regiões, nós temos que firmar um documento
924 em que o prefeito para poder assumir ou se candidatar tenha que dizer: “Olha, eu sei que
925 impacto de vizinhança é importante, eu não posso ficar administrando a cidade sem antes
926 de fazer qualquer coisa consultar a vizinhança que vai ser impactada por aquele projeto”.
927 A Conselheira Jane falou, os impactos que são causados em cima de uma população, eu
928 moro em uma rua tranquila, de repente há 40, 50 anos que uma comunidade vive em uma
929 rua tranquila, de repente cai do céu uma ideia mirabolante de que a minha rua vai ser uma
930 via de trânsito aberto. E aí não se pergunta para os vizinhos. Então, enquanto a gente tiver
931 essa situação, sinto muito, pode nos chamar de rudes, seremos rudes, eu acho que não,
932 seremos só representantes da população nos seus interesses. Desculpe, Senhor
933 Secretário, mas eu não gostei do termo “rude”. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**
934 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** obrigado,
935 Conselheiro Darci. Respeito a sua posição, a democracia. Conselheiro Paulo Jorge
936 inscrito. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
937 **Quatro – RGP. 5:** Boa noite, Conselheiros. É um prazer estar de novo neste Conselho. Eu
938 vim agora de carro, estou chegando em casa agora. Quero dar os parabéns para as



939 nossas arquitetas, parabéns, que mostraram toda essa explanação. Eu quero colocar que
940 nesses 5 anos neste Conselho eu aprendi muita coisa com estes conselheiros. Aprendi a
941 fazer um pouco de arquitetura, visão de economia, visão de solo criado e visão de Porto
942 Alegre. E eu também aprendi desde a época da METROPLAN, porque eu fiquei lá 10
943 anos, eu aprendi com muitos arquitetos e engenheiros como funciona uma cidade. Uma
944 cidade não se desenvolve aqui ou se desenvolve ali, empreendimento aqui,
945 empreendimento ali. Daqui a pouco está aqui o Alphaville, daqui a pouco está aqui a
946 Melnick e eu sou da favela. A favela não sai do lugar! Eu sou sambista, carnavalesco, eu
947 quero meu samba, meu carnaval, eu quero o meu campo de futebol para aos domingos ver
948 a minha gurizada jogando bola. Eu tenho a minha sede social para fazer o ensaio da
949 gurizada, eu quero a creche na minha favela. Essa é a minha cidade. De repente eu saí
950 para o centro para ver, culturalmente, agora estou vendo a cidade em si, o impacto da
951 cidade. Por exemplo, na Protásio Alves vai estar lá um shopping, um Zaffari na Protásio
952 com a Ary Tarrago, outro shopping aqui na Aparício Borges. Lá embaixo a Multiplan no
953 Cristal, o Pontal do Estaleiro naquela parte ali. A cidade cresce e eu fico analisando,
954 impacto da cidade para cá, impacto na Cida para lá e muitas coisas não passa, no Plano
955 Diretor, não passam! Aí também envolve essa grande questão. Meus casos Conselheiros,
956 meu Presidente, a expansão de uma cidade é para todo mundo, ricos, pobres e favelados.
957 A cidade cresce nos bairros, nos morros, o impacto ambiental do morro, tudo desenvolve.
958 E aí eu quero fazer uma pergunta que eu venho trabalhando todo este tempo aí, em 2016
959 eu pedi um seminário de planejamento para mostrar ao nosso Prefeito Marchezan a cidade
960 que queremos. Nunca apresentamos o seminário ao Prefeito, ele nunca veio no Conselho
961 e há 4 anos nós fazendo essa jogada de gladiadores romanos aí dentro, esquerda, direita,
962 centrão e aprovando, como falou o Darci. Quero fazer uma pergunta novamente em cima
963 disso aí. Na reunião que eu tive semana passada com o Hermes e o Arquiteto Gomes, na
964 Região 5, que vou fazer toda segunda-feira as reuniões do planejamento da Região 5 para
965 discutir DEMHAB. Um seminário de planejamento é o que eu venho pedindo para
966 apresentar para o novo prefeito que vai assumir no dia 1º de janeiro 2021, a política do
967 nosso Conselho de Planejamento. Aí trabalhando na regularização fundiária, área
968 ambiental, do DMAE, um monte de coisa o Conselho do Plano Diretor. E o papel do Plano
969 Diretor, porque tem muitos conselheiros aí dentro que não conhecem a Cidade de Porto
970 Alegre. Se eu perguntar aqui para um Conselheiro onde fica o Pantanal não sabe. Como
971 que vocês vão julgar uma cidade se vocês não conhecem a cidade? Isso é importante.
972 Para eu ser um juiz tenho que conhecer o processo e os problemas. Agora, então, eu
973 gostaria de colocar, para encerrar a minha parte, bonita a explanação, fantástica, aprendi
974 com vocês, adoro vocês duas, vocês são fantásticas como arquitetas, mas eu gostaria de
975 aprofundar um pouco mais sobre esse impacto de vizinhança, as contrapartidas que não
976 saem, é o seminário que nós vamos apresentar, que as regiões têm o seu papel de diretriz
977 e o Conselho tem um papel também importante de tirar uma comissão para fazer uma
978 avaliação em cima dessas coisas para terem resultado, senão vai ser mais discurso que
979 vai ficar no papel, vamos entrar 2021 com a mesma coisa, porque se nós não mudarmos o
980 conceito... (Sinalização de tempo esgotado). Desculpa, meu Presidente Germano. Depois
981 vai ficar a arena dos gladiadores, o senhor está sendo tributado pelos conselheiros, que é
982 uma coisa que eu me sinto muito ruim, essas brigas de conselheiros, de diretriz, por não
983 apresentar um plano de ação do Conselho. Toda vez que tem uma reunião os conselheiros
984 batem açotando como se estivessem em uma arena com um escravo. É a coisa do
985 avanço, meu Presidente, eu estou neste Conselho porque eu quero, é o meu bário, a



986 minha cidade. Eu preciso ver a minha cidade crescer, para emprego para a minha
987 gurizada, dar o turismo e crescimento. Agora, o que está havendo neste Conselho eu
988 gostaria de pedir, implorar à equipe, não de governo, de Conselheiros, eu sou contra o
989 que disse o Darci, que não o governo. Não, isso está errado. São os Conselheiros juntos.
990 Vou pedir para os dois, Gomes e Hermes, que são os vice-presidentes, criar um
991 planejamento, um seminário de planejamento para a cidade em si, a minha comunidade na
992 Tronco, Restinga, Rubem Berta, Timbaúva, Santo Agostinho, Sarandi, as Ilhas, porque as
993 Ilhas é Porto Alegre e nunca ouvi ninguém falar das Ilhas aí dentro, do impacto ambiental
994 das águas nas Ilhas. Então, isso eu gostaria de pedir para vocês, implorando para vocês,
995 eu nunca ouvi ninguém falar das Ilhas, ela enche, inunda de água e sem contrapartida.
996 (Sinalização de tempo esgotado). Que Deus abençoe vocês! **Germano Bremm,**
997 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
998 Obrigado, Paulo Jorge, representante da comunidade, sempre bom lhe ouvir. Eu queria
999 compartilhar aqui que tanto o Presidente quanto a nossa equipe aí tem muita admiração
1000 pelo seu trabalho, pela comunidade, sempre muito respeitoso, botando seu ponto de vista,
1001 trazendo as suas demandas. É sem dúvida um exemplo de líder comunitário e toda a
1002 nossa equipe lhe admira bastante. Já avançamos bastante na hora, 20h19min. Não sei se
1003 a Patrícia e a Vaneska querem fazer algum encaminhamento final, para a gente encerrar a
1004 nossa reunião. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio**
1005 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Rapidamente, respondendo algumas
1006 questões e esse sentido do encaminhamento que o pessoal falou de um grupo de trabalho,
1007 eu acho que seria uma coisa interessante. Até porque é um assunto que tem que ser
1008 tratada de maneira conjunta com os conselheiros. Então, eu vou responder rapidamente
1009 algumas questões, conforme o que eu anotei aqui em relação aos conselheiros. Então, o
1010 primeiro a falar, o Felisberto, falou da questão da regularização fundiária. Então, uma das
1011 questões que nos motivou a alterar esta metodologia de análise, porque tudo é uma
1012 questão de metodologia, exatamente uma das questões é poder abarcar a questão da
1013 regularização fundiária, porque no momento em que tu defines um critério, que tu defines
1014 um determinado perímetro e nesse perímetro aponta as carências e demandas, a
1015 regularização fundiária está contemplada nessa situação. Então, elas passam a estarem
1016 aptas a concorrer nesses critérios de avaliação. E é uma coisa que não tinha antes e que
1017 com esse critério a gente consegue abordar. Então, o Emílio tinha comentado da
1018 contratação de estudos, enfim, parte desses estudos que a gente está pensando, na
1019 verdade, estão previstos para serem contratados via consultoria do PENUD, porque a
1020 gente vai ter um subsídio dessa consultoria para poder nos dar suporte, tanto na questão
1021 da estruturação dos dados, quanto nos próprios diagnósticos que a gente fez a
1022 contratação. A ideia do projeto de cooperação técnica é não somente a revisão do Plano
1023 Diretor, mas o Plano Diretor e as regulamentações, que no caso se enquadrariam,
1024 regulamentações e projetos, que é um avanço além dessa tarefa, essa proposta que a
1025 gente está pensando aqui, que é o desenvolvimento de projetos territoriais. Então,
1026 respondendo ao Adroaldo, enfim, a gente entende que essa metodologia justamente dá
1027 oportunidade das regiões se manifestarem no decorrer do processo. Eu ouço muito vocês
1028 reclamarem que o processo vem pronto. Então, a ideia durante a construção do processo
1029 é a gente construir um fluxo onde as regiões podem participar ativamente nessa
1030 construção. E aí envolve também essa questão do banco de mitigações, que todas essas
1031 demandas apontadas vão fazer parte de um banco de desafios e oportunidades. A questão
1032 que o Professor Rômulo colocou, quanto ao enquadramento, na verdade, eu concordo com



1033 as manifestações que ele colocou, quanto à avaliação dos projetos, entretanto, a gente
1034 tem hoje o que é o nosso Plano Diretor e que define os critérios. Então, nós temos críticas
1035 aos critérios existentes do Plano Diretor, mas a ideia é a gente amadurecer com o início do
1036 projeto e evoluindo, verificando as potencialidades, os desafios, os problemas que nós
1037 vamos encontrar e a partir daí a gente consegue amadurecer para a questão da revisão do
1038 Plano Diretor mesmo, que vocês já identificaram que a gente tem que aperfeiçoar esses
1039 parâmetros e aperfeiçoar com base em dados técnicos, perfeitamente verificáveis. A
1040 questão do processo de decisão, também concordo, porque o nosso objetivo aqui, a gente
1041 recebe demandas de todas as secretarias e a gente identificou que precisa ter um critério
1042 para elencar elas e esse critério precisa ter uma base técnica, porque realmente isso é
1043 uma avaliação de impacto, não é um financiamento da cidade, o financiamento seriam
1044 outras formas. Então, a gente precisa estabelecer critérios para elencar algumas
1045 demandas, as enquadráveis. E a partir daí esse é um processo em construção, a gente
1046 poderia sim construir um fluxo permitindo uma gestão compartilhada, onde os conselheiros
1047 podem deliberar sobre aquelas demandas que se enquadraram tecnicamente. Quanto à
1048 questão do Mark, não entendi se ele comentou sobre a proposta ou sobre a questão do
1049 Conselho, mas ele alertou a questão ambiental. Então, a nossa ideia é que a questão
1050 ambiental esteja elencada entre os desafios e oportunidades do território. Em relação ao
1051 que a Jane comentou de ouvir as comunidades, sim, é exatamente o que a gente está
1052 pretendendo construir nesse fluxo. A gente entende que o regulamento hoje nós temos
1053 para os EVUs, mas a gente entende que a gente pode reestruturar a forma que o sistema
1054 de gestão atua em relação aos EVUs e aí contemplar essa metodologia do EIV e com a
1055 revisão do Plano Diretor, com a revisão dos regulamentos, a gente passar sim a
1056 regulamentar efetivamente o EIV e consolidar ele não só de fato, mas de fato e de direito.
1057 Então, era isso e sou favorável a um grupo de trabalho. **Vaneska Paiva Henrique (1ª**
1058 **Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:**
1059 Eu vou só complementar, que uma questão que é maravilhosa mesmo é ter tido tanta
1060 manifestação dos conselheiros queremos contribuir, que a gente realmente possa avançar
1061 no sentido de ter um grupo de trabalho e poder ter discussões com essas que a gente teve
1062 hoje, que foi uma discussão muito boa, muito qualificada, que a gente conseguiu debater
1063 questões bem importante para o futuro da cidade. E eu ia pontuar, mas é uma questão
1064 bem específica, que quando o Emílio colocou: Quem seria responsável por fazer os
1065 estudos? Se seriam os empreendedores ou seria a prefeitura que estaria realizando essas
1066 simulações? Essa é uma questão que vai ser bem chave para gente discutir, até porque
1067 daqui a pouco poderia ter instituições, universidades que poderiam estar credenciadas e
1068 talvez dar esses laudos de maneira que possa ser considerada validada já pré-validada. A
1069 gente também vê esse desafio de implantar toda essa estrutura técnica para poder estar
1070 rodando essas situações. Eu acho que em alguns casos deverão ser feitas, mas no
1071 cenário de gestão talvez tenha que se optar por compartilhar essa responsabilidade. Eu
1072 acho que essa questão do grupo de trabalho, entre as contribuições, várias contribuições
1073 também, uma das questões que a gente poderia até iniciar nesse trabalho era construir
1074 essa matriz conceitual e talvez já ir colocando quais os impactos dentro de cada temática
1075 que a gente vai discutir, daí poder ir discutindo conforme os temas, esses parâmetros.
1076 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
1077 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Vaneska e equipe. São 20h30min, vamos
1078 encerrando a nossa reunião, agradecendo à oportunidade do debate, bem importante as
1079 contribuições. Vamos cada vez mais nos preparando para a gente aprimorar este processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1080 como todo, melhorar e agregar a revisão do Plano Diretor, essas contribuições aí hoje
1081 trazidas uma excelente noite a todos. Obrigado mais uma vez. **(Encerram-se os trabalhos**
1082 **da plenária às 20h30min).**

1083
1084
1085

1086

1087 **Germano Bremm**

1088 **Presidente**

1089

1090 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**

Secretária Executiva

Relatora